

Ministérios

Ministério da Justiça

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE OUTUBRO DE 1992

O MINISTRO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso de suas atribuições e de acordo com a decisão unânime do Colegiado, resolve:

1 - Instaurar Inquérito, nos termos do Artigo 4º, item 3, letra a, da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, para investigar as causas da violência ocorrida na Casa de Detenção de São Paulo, em consequência da rebelião havida naquele estabelecimento carcerário, em 02 de outubro de 1992, com violações de direitos humanos.

2 - Designar, como relator do Inquérito, o Conselheiro MARCELLO LAVENÈRE MACHADO - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

3 - Tornar público que, nos termos e para os efeitos dos Artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, o Conselho poderá, sob as penas de lei, determinar as diligências que reputar necessárias e tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar, das repartições públicas, informações e documentos.

4 - A Coordenação Geral de Articulação Técnico-Administrativa dos Direitos da Pessoa Humana do CDDPH e a Secretaria de Polícia Federal prestarão todo o apoio necessário ao Colegiado, para a execução dos trabalhos do Inquérito.

MAURÍCIO CORRÊA

(Of. nº 162/92)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 190ª REUNIÃO
REALIZADA EM 19 e 20 DE AGOSTO DE 1992

Aos dezenove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e dois, às nove horas, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, em Brasília-DF, no Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, sala nº 210, sob a Presidência do Professor Edmundo Alberto Branco de Oliveira. Conselheiros presentes: Miguel Frederico do Espírito Santo, Carlos Alberto Guimarães, Raul Bernardo Nelson de Senna, Delveaux Vieira Prudente, Ubyratan Guimarães Cavalcanti, Aldeimar Venâncio Martins Filho e Edson Freire O'Dwyer. Ausentes, por motivos justificados, os Conselheiros Marco Aurelio Arruda de Oliveira, Jãson Soares Albergaria, João Marcello de Araújo Jr. e Rubens Approbato Machado. Participaram também da Reunião a Doutora Ana Lúcia Rocha Studart, Coordenadora Geral de Articulação Setorial da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça/MJ, e Geraldo Rêgo Vilar, Assessor da quebra Coordenação. Verificada a existência de "quorum", o Presidente deu a leitura da Ata da 189ª Reunião, realizada em 28 de julho de 1992, que foi aprovada, por unanimidade. Indulto Natalino - 1992: O Presidente do Conselho participou ao Plenário que a discussão do Indulto Natalino, constante da Pauta, seria baseada na sua Proposta, na do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo e na do Ministério Público daquele Estado. Na oportunidade, o Conselheiro Raul Bernardo informou que solicitou sugestões ao Conselho Penitenciário do Estado de Minas Gerais, mas que, até a presente data, nada fora enviado por aquele Colegiado. Da mesma maneira, o Conselheiro Carlos Alberto solicitou sugestões ao Conselho Penitenciário do Estado de Goiás, bem como ao Juiz da Vara de Execuções Penais de Goiânia/GO, que, segundo ele, até o momento nada lhe enviaram. Após breves considerações, o Presidente designou o Conselheiro Miguel para fazer a leitura das citadas Propostas, sugerindo que se procurasse compatibilizá-las, artigo por artigo, já que elas apresentavam poucas divergências, solicitando aos Conselheiros presentes o máximo empenho na discussão da matéria, uma vez que ela teria que ser aprovada com antecedência, para as providências que se fizerem necessárias, de modo que o Decreto de Indulto seja assinado e publicado na época oportuna. Após a leitura, foi iniciada a discussão, sendo votado artigo por artigo, com as modificações sugeridas pelo Plenário. Após um intervalo para o almoço, a Sessão foi reiniciada, dando-se continuidade à votação do Indulto que, após amplamente debatido, foi aprovado, em forma de minuta de Decreto, com a respectiva Exposição de Motivos. O Presidente ressaltou que a Proposta do Indulto Natalino ora aprovada, será entre que ao Senhor Ministro da Justiça, em audiência agendada para o CNPCP,

no dia seguinte, 20 de agosto, às 16:00 horas. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Edson O'Dwyer, que solicitou o adiamento do seu Parecer, referente ao Processo-MJ nº 15.213/92, versando sobre denúncia feita ao Conselho Penitenciário do Estado da Bahia. Ressaltou que tal solicitação era motivada por ainda não dispor de informações pertinentes à matéria. Como matéria da Pauta, o referido Conselheiro relatou o Parecer, concernente ao Processo-MJ nº 14.768/92, contendo Relatório de Atividades - 1º Semestre, do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco. Em seu Parecer, o Relator mencionou na que aquele Colegiado cumpriu o estatuído pela Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 70, inciso III. Em consequência, sugeriu ao Plenário o arquivamento do Relatório, dando-se ciência do fato àquele Conselho. Parecer aprovado, por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Raul Bernardo relatou o Processo-MJ nº 15.212/92, contendo sugestão do Advogado Orlando Paulo Zanetti, sobre construção de Penitenciárias Agrícolas em terrenos da União, situados no interior do País. Em seu Parecer, o Relator sugere o encaminhamento do Processo à Comissão, instituída neste Conselho, através da Resolução nº 04/92, para, preliminarmente, examinar a questão. Proposta aprovada, por unanimidade. O Conselheiro Delveaux V. Prudente relatou o Processo-MJ nº 15.211/92, referente ao Relatório de Inspeção do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Estado do Mato Grosso do Sul às dependências da Polícia Federal, na Capital daquele Estado. Em seu Parecer, o Relator descreve que o Juiz Federal da 1ª Vara-Substituto, de Campo Grande/MS, encaminhou ao Senhor Ministro da Justiça expediente, que lhe foi endereçado por aquele Conselho, relatando a situação dos presos que se encontram nas dependências da Polícia Federal, naquela Capital. Após citar no seu Parecer as péssimas condições do prédio que guarnece aquele Departamento, principalmente na Seção de Custódia, onde estão reclusos os presos, o Relator sugere a remessa do presente Processo ao Departamento de Assuntos Penitenciários-DEPEN/MJ, para ser examinado. Em discussão a matéria, o Conselheiro Ubyratan propôs que fosse enviado um ofício ao Juiz Federal, encaminhando cópia do Parecer do Relator, fazendo menção da remessa do Processo ao DEPEN/MJ. Proposta aprovada, por unanimidade. Dando continuidade, e como matéria da Pauta, o Conselheiro Ubyratan leu seu Parecer, relativo ao Processo-MJ nº 3799/92, sobre o posicionamento do CNPCP quanto à transformação da Secretaria de Justiça de Rondônia em Departamento. Em seu Parecer, o Relator ressaltou que o presente Processo foi instaurado em decorrência de ofício endereçado ao Presidente do CNPCP, Prof. Edmundo Oliveira, por funcionários daquela Secretaria de Estado, preocupados com a intenção manifestada, através da imprensa, pelo Chefe do Executivo local, em transformar a referida instituição em mero Departamento da Secretaria de Segurança Pública. Concluindo, opinou que falece competência ao CNPCP para adotar qualquer manifestação sobre diretrizes operacionais da citada Secretaria, assim como não vislumbra, de igual forma, competência do Conselho para direcionar posicionamento ao Governador daquele Estado. Proposta aprovada, por unanimidade. Nessa ocasião, o Presidente deu por encerrada a primeira parte da Reunião, lembrando a todos os Conselheiros que no dia seguinte, 20 de agosto, no mesmo local e horário, dar-se-ia continuidade aos trabalhos. No dia 20 de agosto, às 09:00 horas, observada a existência de "quorum", e já com a presença do Conselheiro Rubens Approbato, ausente à Reunião da véspera, o Presidente iniciou a Sessão, informando ao Plenário que o Processo-MJ nº 3801/92, que versa sobre o XV Congresso Internacional de Direito Penal, constante da Pauta, do qual o Conselheiro João Marcello é Relator, terá a sua discussão adiada para a próxima Reunião do Colegiado, dada a ausência do citado Conselheiro. Comunicações: 1) O Presidente comunicou que o Senhor Ministro da Justiça receberá o CNPCP às 16:00 horas, ocasião em que será entregue a Proposta do Indulto Natalino - 1992, aprovada na Reunião da véspera. 2) Comunicou também que o CNPCP recebeu expediente do Secretário Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça/MJ, Doutor Carlos Eduardo de Araújo Lima, solicitando um Parecer sobre transferência de presos entre os países da América Latina, nos moldes do modelo adotado pelo Canadá e Espanha. Informou que o referido expediente foi transformado em Processo e distribuído ao Conselheiro João Marcello. 3) O Conselheiro Rubens Approbato comunicou que a sua ausência na Reunião da véspera deveu-se a compromissos inadiáveis por ele assumidos, e que tal fato fora anteriormente justificado ao Presidente do CNPCP. Proposições: 1) O Presidente propôs que o Conselho o autorizasse a ir a Manaus/AM, nos dias 27 e 28 do mês fluente, para manter contatos preliminares, junto ao Governo do Estado do Amazonas, com vistas à Reunião descentralizada do CNPCP, que será realizada naquela Capital, no período de 20 a 22 de janeiro de 1993. Proposição aprovada, por unanimidade. 2) Proposição dos temas da Reunião em Manaus: com sugestões dos Conselheiros Edson O'Dwyer e Rubens Approbato, além de opiniões emitidas por outros Conselheiros, foi aprovado, por unanimidade, que os temas, objeto de debates naquela Reunião, serão: a delinquência ecológica; a questão do índio; o tráfico de drogas; e os desafios da política penitenciária. Após um intervalo para o almoço, o Presidente reiniciou a Sessão, informando que está sendo elaborado pelo DEPEN/MJ, por solicitação do CNPCP, um censo penitenciário e sobre o qual o Senhor Ministro da Justiça tem o maior interesse. Solicitou aos Conselheiros sugestões para melhor aperfeiçoar o levantamento dos dados penitenciários, ora executado pela Divisão de Informações Operacionais daquele Departamento. Na oportunidade, o Chefe da referida Divisão apresentou os dados já coletados. Os Conselheiros, além de apresentarem sugestões, comprometeram-se a efetuar gestões em seus respectivos Estados, junto aos órgãos relacionados ao assunto, de modo a agilizar o censo penitenciário. Esgotada a Pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião. E, para constar, eu Maria Margarida Nogueira Aragão, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do CNPCP.

(Of. nº 199/92)

EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA
Presidente